

UTILIZAÇÃO DOS DADOS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA NO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO: ESTUDO DE CASO

USE OF PRIMARY CARE DATA IN COMMUNITY POLICING: CASE STUDY

Artur Rezende da Silva¹

Christianne Ferreira Miranda Amorim²

RESUMO

A atenção primária em saúde busca atender às necessidades da população de forma regionalizada e integrada, incluindo ações preventivas e curativas, enquanto o policiamento comunitário envolve uma parceria entre a polícia e a comunidade para promover a segurança local. Essas abordagens se complementam ao utilizar dados para identificar áreas problemáticas, tomar decisões informadas, avaliar políticas e programas, monitorar a qualidade de vida, envolver a comunidade, prevenir proativamente crimes e medir o impacto social das iniciativas de policiamento comunitário.

A pesquisa busca entender como a população avalia a mitigação do seu direito à privacidade com o aumento de sua segurança e se acredita que o aumento da vigilância seria benéfica ou prejudicial em suas vidas.

Este trabalho não tenta esgotar o tema pois tem uma amostra reduzida para eventual resultado definitivo.

Palavras-chave: Polícia comunitária. Atenção Primária. Saúde Pública. Dados.

ABSTRACT

Primary health care seeks to meet the needs of the population in a regionalized and integrated way, including preventive and curative actions, while community policing involves a partnership between the police and the community to promote local safety. These approaches complement each other by using data to identify problem areas, make informed decisions, evaluate policies and programs, monitor quality of life, engage the community, proactively prevent crimes, and measure the social impact of community policing initiatives.

The research seeks to understand how the population evaluates the mitigation of their right to privacy by increasing their security and whether they believe that increased surveillance would be beneficial or harmful in their lives.

This work does not attempt to exhaust the topic as it has a small sample for a possible definitive result.

Keywords: Community police. Primary attention. Public health. Data.

¹ Aluno do Curso de Formação de Praças 2023, Pelotão Quebec da 7 Cia, do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás (CAPM) E-mail: arturezende56@gmail.com

² Professor orientador, Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás CAPM.

1 INTRODUÇÃO

Ao iniciar a contextualização pode se destacar o conceito de atenção primária dado por (MATTA, 2009) podendo ser dado basicamente, trata-se de uma abordagem organizacional na saúde que visa atender às necessidades da população de maneira regional, contínua e sistemática. Isso é feito unindo tanto ações de prevenção quanto de tratamento, cuidando tanto de indivíduos quanto de comunidades.

Já o policiamento comunitário por (FERREIRA, 2022) é entendido da seguinte forma uma abordagem diferente na área da segurança pública, onde a polícia colabora estreitamente com a comunidade, direcionando os serviços de segurança para atender às necessidades específicas dos moradores. Nesse modelo, os próprios residentes das diferentes áreas da cidade identificariam questões e seriam parte ativa na melhoria da segurança pública local, com um sistema descentralizado.

Portanto, a atenção primária tem um contato bem próximo com a população colhendo importantes dados, inclusive psicológicos sabendo quais são os núcleos familiares mais propensos a eventual envolvimento em algum tipo de delito, com o acionamento precoce e direcionado da polícia comunitária podendo realizar uma intervenção rápida e assertiva.

Com a utilização destes dados o policiamento comunitário pode atuar em núcleos familiares vulneráveis, podendo assim chegar ao objetivo deste trabalho reduzindo a criminalidade de forma geral, prevenção de delitos e aumento da sensação de segurança.

Em específico o objetivo é atuar em núcleos conflituosos e vulneráveis a fim de evitar uma ruptura familiar ou que o delito ocorra, preservando assim famílias e diminuindo consideravelmente o número de delitos na comunidade.

Não obstante, também é devido o olhar que dados muito sensíveis poderão ser utilizados a fim de reprimir a criminalidade, por isso é necessário as cautelas devidas para assegurar constitucionalidade e a legalidade do acesso dessas informações pela instituição militar.

1.1 RELEVÂNCIA DOS DADOS PARA O POLICIAMENTO COMUNITÁRIO

Por fim, os dados desempenham um papel fundamental no policiamento comunitário, uma abordagem que busca fortalecer a relação entre a polícia e a comunidade, promovendo a segurança pública por meio da colaboração e do envolvimento ativo dos residentes. Aqui estão algumas maneiras pelas quais os dados são relevantes para o policiamento comunitário:

Identificação de problemas de segurança: Dados estatísticos sobre crimes, incidentes e problemas de segurança em uma comunidade ajudam a identificar áreas ou problemas específicos que necessitam de atenção policial. Isso permite que as autoridades policiais se concentrem em áreas de maior necessidade, melhorando a eficácia do policiamento.

Tomada de decisões informadas: O acesso a dados confiáveis permite que as forças policiais tomem decisões informadas sobre alocação de recursos, planejamento estratégico e implementação de medidas preventivas. Eles podem priorizar ações com base em dados reais, atendendo às necessidades específicas da comunidade.

Avaliação de políticas e programas: Os dados também são cruciais para avaliar a eficácia das políticas e programas de policiamento comunitário. Ao analisar dados ao longo do tempo, as autoridades podem determinar se suas estratégias estão produzindo resultados positivos e fazer ajustes conforme necessário.

Monitoramento da qualidade de vida: Além de crimes, os dados podem incluir informações sobre qualidade de vida, como reclamações sobre barulho excessivo, vandalismo, tráfico de drogas e outras questões que afetam o bem-estar da comunidade. Isso ajuda a polícia a abordar preocupações que vão além da segurança pura e simples.

Engajamento com a comunidade: Comunicar dados relevantes à comunidade fortalece a transparência e a confiança entre a polícia e os residentes. Quando os membros da comunidade têm acesso a informações sobre crimes e atividades policiais, eles se sentem mais capacitados e informados para contribuir para a segurança local.

Prevenção proativa: Os dados podem ser usados para prever tendências de crimes e comportamentos criminais, permitindo que a polícia tome medidas proativas para evitar incidentes. Isso pode incluir a implantação de recursos extras em áreas com maior probabilidade de ocorrência de crimes.

Avaliação do impacto social: O policiamento comunitário não se limita apenas a lidar com crimes, mas também a promover mudanças sociais positivas. Os dados podem ser usados para medir o impacto das iniciativas de policiamento comunitário na redução da criminalidade, na melhoria da qualidade de vida e no fortalecimento dos laços entre a polícia e a comunidade.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1- ATENÇÃO PRIMÁRIA NA SAÚDE

Inicialmente se deve fazer uma contextualização da atenção primária no cenário brasileiro e no Sistema Único de Saúde (SUS), para isto “*No Brasil, o Programa de Saúde da Família (PSF) é a principal estratégia de implementação e organização da APS*” (GOMES, 2011) logo, a saúde da família foi primeiro documento ministerial, surgiu como um programa e, posteriormente, evoluiu para ser reconhecido como uma estratégia de reorientação do modelo assistencial, com a possibilidade de substituir as práticas convencionais.

Sobre o campo de atuação da Atenção Primária, (STARFILD, 2002) tem uma boa definição sendo a atenção primária é o ponto de partida para lidar com questões de saúde, sendo fundamental na abordagem de problemas amplos, diversos e profundamente moldados pelo contexto social.

Logo em resumo a garantia de atenção ao primeiro contato significa que a APS deve ser a primeira porta de entrada para as questões de saúde de uma pessoa. Isso implica que os indivíduos devem procurar os serviços de atenção primária sempre que tiverem preocupações ou problemas de saúde. Além disso, a atenção primária deve ter a capacidade de lidar com uma ampla variedade de problemas de saúde, que podem ser complexos e influenciados pelo contexto social do paciente. Isso requer uma abordagem holística e integrada para tratar não apenas os sintomas, mas também as causas subjacentes dos problemas de saúde.

Em outro conceito importante é de longitudinalidade dado por (STARFILD, 2002) sendo em outras palavras a consistência na prestação regular e contínua de cuidados de saúde, juntamente com sua utilização consistente ao longo do tempo, em um ambiente de interação mútua e compassiva entre a equipe de saúde, indivíduos e famílias.

Logo a longitudinalidade, por sua vez, diz respeito à continuidade e consistência no cuidado ao longo do tempo. Isso significa que o paciente deve receber cuidados regulares e consistentes ao longo de sua vida, criando um relacionamento de confiança e parceria entre a equipe de saúde, o indivíduo e sua família. Esse relacionamento permite que a equipe de saúde compreenda melhor as necessidades e preferências do paciente, o que é fundamental para o sucesso do tratamento e para a promoção da saúde a longo prazo.

Em conexão é possível aduzir grandes semelhanças e proveitos para o policiamento comunitário em especial pela atenção primária ser competente para lidar com as questões de saúde e à sua capacidade para lidar com problemas amplos e

fortemente influenciados pelo contexto social. Destaca-se também a mutualidade e a continuidade destes indivíduos em situação vulnerável com a equipe.

Importante destacar também a abrangência da atenção primária conforme (MENDES, 2002) A integralidade na atenção primária à saúde é de extrema importância porque envolve a prestação de um conjunto abrangente de serviços que atendem às necessidades mais comuns da população que está sob os cuidados da APS. Isso significa que a equipe de saúde da APS não deve se limitar apenas ao tratamento de doenças específicas, mas deve também considerar a promoção da saúde e a prevenção de problemas de saúde. Ao abordar as necessidades de forma ampla e holística, a APS pode contribuir para uma melhoria significativa na saúde da comunidade.

Em resumo, a integralidade na atenção primária à saúde é importante porque busca fornecer um cuidado abrangente, coordenado e centrado no paciente, considerando não apenas as doenças, mas também as necessidades de saúde em sua totalidade, promovendo a prevenção, o tratamento e o bem-estar geral da população atendida.

2.2- POLICIAMENTO COMUNITÁRIO

Conceituando o policiamento comunitário de acordo com (BOHN, 2015) este surge na cidade de Nova York, com Arthur Woods, essa perspectiva vislumbra a polícia respondendo de maneira adequada aos cidadãos e às comunidades, promovendo nos níveis iniciais do policiamento uma compreensão da relevância social, da dignidade e do valor público do trabalho realizado do policial. Incutir nos membros mais novos do policiamento uma compreensão da importância social, da dignidade e do valor público de seu trabalho é fundamental para promover uma força policial eficaz, ética e confiável, que sirva verdadeiramente à comunidade e trabalhe para melhorar a segurança e a qualidade de vida de todos os cidadãos.

Outro autor o qual descreve uma das finalidades do policiamento é (SKOLNICK, BAYLEY, 2002) em seu texto descreve algumas das estratégias do policiamento comunitário sendo uma:

designou sargentos para visitar as escolas para explicar o trabalho da polícia relatando que sua função não era apenas prender ladrões, mas também de melhorar o bairro, tornando-o mais seguro onde se pudesse viver mais feliz.

A estratégia mencionada envolve a designação de sargentos, que são membros da força policial com um certo grau de autoridade, para visitar escolas locais. O objetivo dessas visitas é explicar às crianças e aos jovens o que a polícia faz e qual é a sua função na comunidade. A ênfase não está apenas na aplicação da lei, como prender criminosos, mas também em como a polícia desempenha um papel crucial na melhoria do bairro e na

criação de um ambiente mais seguro e feliz para todos que vivem lá.

Em relação a proposta do policiamento comunitário por (COSTA, 2004) consiste na aproximação e integração entre a comunidade e as forças policiais, buscando principalmente eliminar o distanciamento e a hostilidade que frequentemente marcam o relacionamento entre a polícia e a sociedade.

Logo a ideia é que os policiais se envolvam ativamente com os residentes locais e trabalhem juntos para resolver problemas de segurança e qualidade de vida.

Enquanto a polícia tradicional muitas vezes é vista como focada no controle e na reação a crimes já cometidos, o policiamento comunitário busca antecipar e resolver problemas que podem levar ao crime. Ele coloca ênfase na colaboração comunitária, na identificação de questões locais e na implementação de soluções que vão além da aplicação da lei, como abordar questões sociais subjacentes.

Justamente na ideia de antecipar crimes a utilização da atenção primária pode ser de extrema valia pois a polícia comunitária consegue antecipar e resolver problemas que podem se tornar um evento criminoso da seguinte forma.

A troca de informações entre a comunidade e a polícia é uma parte fundamental do policiamento comunitário e pode ser uma ferramenta eficaz na prevenção de crimes.

Os moradores podem compartilhar informações sobre problemas sociais que podem levar ao crime, como violência doméstica, abuso infantil ou problemas de saúde mental. Isso permite que a polícia e outros serviços sociais intervenham de maneira preventiva para resolver esses problemas antes que escalonem para crimes mais graves.

A comunidade muitas vezes é a primeira a notar atividades suspeitas relacionadas ao tráfico de drogas, como tráfego frequente de pessoas ou veículos em uma determinada área. As informações fornecidas pela comunidade podem ajudar a polícia a dismantelar redes de tráfico de drogas e prevenir o aumento do vício em substâncias ilícitas na área.

Os moradores que vivem em uma comunidade conhecem bem sua área e podem identificar locais que são propensos a crimes, como pontos de tráfico de drogas. Ao compartilhar essas informações com a polícia, eles podem ajudar na implementação de estratégias preventivas e de reforço da segurança nessas áreas.

Portanto a troca de informações entre a comunidade e a polícia é uma ferramenta valiosa na prevenção de crimes, pois permite que a polícia esteja ciente de atividades suspeitas e problemas locais, respondendo de maneira proativa para manter a segurança da comunidade.

2.3 CONEXÃO E IMPORTÂNCIA DO TRABALHO EM CONJUNTO DO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO E A ATENÇÃO PRIMÁRIA

Uma das maiores fragilidades do policiamento como todo é a subnotificação ou ausência de notificação chamada de cifra negra “*A Cifra Negra refere-se à parcela dos crimes que é ocultada dos registros oficiais, não sendo visível ao Estado e à sociedade*”. (SOUSA, 2019) um dos crimes de maior subnotificação sem dúvida são os crimes passionais (KIND, 2013) sustenta isto da seguinte forma:

A violência contra mulheres é uma realidade do cotidiano dos serviços de saúde da atenção primária e tem sido subnotificada pelos profissionais de saúde. Verifica-se a dimensão plural dos motivos para que a subnotificação seja o dado possível quando se trata de violência contra mulheres, embora não seja o único elemento para se pensar indicadores dessa questão no campo da atenção primária à saúde.

Dito isto a responsabilização dos agressores é um aspecto crítico no tratamento da violência contra as mulheres, mas deve ser equilibrada com a proteção dos direitos e da privacidade das vítimas. O acesso da polícia aos registros médicos deve ser conduzido de forma ética e legal, com ênfase na segurança das vítimas e na cooperação multidisciplinar para lidar com essa questão sensível e complexa.

Outro fato que revelado por (SANTINON, 2010) é:

No Brasil, o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) revela que o número de óbitos por violência apresenta taxas de crescimento significativas, porém, alguns autores apontam para as limitações desse sistema na identificação precisa das situações de violência contra mulheres.

Logo é evidente a notificação precoce em casos de violência doméstica não pode ser subestimada, especialmente quando se trata de evitar o feminicídio, que é a forma mais extrema de violência contra as mulheres. A notificação precoce desempenha um papel crucial na proteção das vítimas e na prevenção de tragédias.

Identificação da ameaça: Notificar a polícia ou as autoridades competentes sobre um caso de violência doméstica logo no início permite que as autoridades identifiquem a ameaça iminente. Muitas vezes, os sinais de perigo estão presentes muito antes de ocorrer um homicídio. A notificação precoce pode interromper o ciclo de violência antes que ele se agrave.

Intervenção imediata: Quando a violência doméstica é notificada precocemente, as autoridades têm a oportunidade de intervir imediatamente. Isso pode incluir a emissão de ordens de restrição, prisão do agressor, encaminhamento da vítima para serviços de apoio e aconselhamento, entre outras medidas que visam proteger a vítima.

Além da violência doméstica pode se destacar a importância da polícia também para coibir o abuso infantil ou problemas de saúde mental. Isso permite que a polícia e outros serviços sociais intervenham de maneira preventiva para resolver esses problemas

antes que escalonem para crimes mais graves.

3 METODOLOGIA

Entrevistar profissionais da atenção primária e do policiamento comunitário evidenciando a problematização entre o direito à privacidade e a prevenção de delitos e a garantia do direito a vida e a segurança.

A seleção dos participantes foi realizada com base em critérios específicos, buscando profissionais da polícia e da saúde, o questionário aplicado teve como alvo servidores da Unidade Básica de Saúde do Sol Nascente/DF e estagiários nas unidades de saúde pública localizadas no Distrito Federal e Policiais Militares em formação da 7ª Companhia do Curso de Formação de Praças de 2023 da Polícia Militar do Estado de Goiás.

O formulário foi aplicado na plataforma Google Forms, com questionamento para o público selecionado se estes concordam ou não com o compartilhamento de dados entre a Saúde Pública com a Polícia Militar.

Toda participação solicitou o consentimento dos entrevistados da utilização de suas respostas no trabalho de conclusão de curso.

Importante ressaltar que o quantitativo dos policiais militares respondentes foi significativamente superior a participação de profissionais da saúde, deixando a pesquisa com viés definido.

Este estudo seguiu rigorosamente as diretrizes éticas de pesquisa, incluindo a obtenção de aprovação ética junto apropriada, garantindo o anonimato e a confidencialidade dos participantes, e obtendo consentimento informado dos voluntários.

Os resultados foram apresentados em um formato narrativo, destacando os principais temas e descobertas da análise qualitativa das entrevistas. Foram incluídas citações dos participantes para ilustrar suas perspectivas.

Essa metodologia foi desenvolvida para coletar e analisar informações valiosas sobre a colaboração entre a polícia comunitária e a atenção primária na prevenção da violência doméstica, contribuindo para um entendimento mais profundo desse importante tópico.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa teve como objetivo explorar as percepções de 16 participantes em relação à subnotificação de delitos, o papel da saúde pública na detecção de crimes e a priorização entre direito à privacidade e segurança.

Dentre os participantes, 56% eram profissionais da segurança pública, 12% da saúde e o restante de diversas outras áreas. Abaixo, apresentamos os principais resultados da investigação.

A maioria dos participantes (87%) expressou uma crença unânime de que existe uma significativa subnotificação de delitos. Isso reflete uma preocupação substancial sobre a real extensão dos crimes não reportados, destacando a necessidade de melhorias nos sistemas de registro e notificação.

Os resultados revelaram que mais de 90% dos voluntários acreditam que a saúde pública desempenha um papel importante na detecção de crimes que as autoridades de segurança não têm conhecimento. Essa percepção aponta para a importância de uma maior colaboração entre os setores de saúde e segurança para aprimorar a identificação e combate aos crimes.

Quando confrontados com a escolha entre o direito à privacidade e o direito à segurança, 82% dos participantes manifestaram preferência por resguardar sua segurança. Isso destaca a prioridade que a maioria atribui à proteção contra riscos à sua integridade e à comunidade em geral, mesmo que isso implique em algum grau de perda de privacidade.

Surpreendentemente, 87,5% dos participantes concordaram que o acesso da polícia a dados da saúde pública pode prevenir delitos. Isso sugere que a maioria vê vantagens substanciais na troca de informações entre os setores de saúde e segurança, acreditando que essa colaboração pode contribuir significativamente para a prevenção de crimes.

Porém quando os participantes foram perguntados se sentiriam confortáveis em utilizar o sistema de saúde sabendo que estes dados podem ser coletados por órgãos de segurança pública apenas 56 por cento se declaram confortáveis com o compartilhamento dos dados.

Também foi alvo de pesquisa entrevistas qualitativas, sobre a notificação compulsória, perguntando se os participantes são a favor deste modelo ou não, para isto vamos conceituar notificação compulsória (RIBEIRO, 2018):

O Ministério da Saúde (MS), diante dos impactos provocados à saúde pela violência, desenvolveu sistemas nacionais de informações que permitem, por

meio de fichas de notificação compulsória das diversas formas de violência, identificar os casos de que se tem conhecimento; caracterizar e monitorar o perfil da violência segundo características da vítima, da ocorrência e do provável autor(a) da violência; identificar fatores de risco e de proteção associados à ocorrência da violência, identificar áreas de maior risco para ocorrência de violência e identificar os primeiros encaminhamentos para a rede de atenção e proteção integral.

Neste questionamento os participantes tiveram opiniões diversas e de grande valia para pesquisa mostrando pontos positivos e negativos de um compartilhamento de informações, destaca-se entre os pontos positivos a participação deste voluntário o qual disse:

Muito a favor, a notificação compulsória auxilia os órgãos competentes a investigar e entender a causa da condição do paciente. O hospital não tem condição de investigar o motivo de uma menor de idade aparecer com IST, cabe a um outro órgão investigar se existe algum crime atrelado ao estado de saúde que se encontra o paciente.

Em contraponto outro voluntário alertou que o compartilhamento poderia afastar as pessoas que precisam de um atendimento médico-hospitalar da rede de saúde com medo de serem alvo de alguma investigação:

Não concordo. Esse tipo de regra pode intimidar pessoas e até colocá-las em risco, principalmente mulheres que sofreram algum tipo de violência doméstica. Acredito que muitas pessoas deixam de procurar serviços de saúde por medo da notificação compulsória.

Por fim, os resultados apontam para uma consciência generalizada da subnotificação de delitos e da importância do papel desempenhado pela saúde pública na detecção de crimes. A preferência pela segurança sobre a privacidade também se destaca, demonstrando a relevância deste tema na discussão de políticas públicas. Além disso, a maioria dos participantes vê benefícios significativos no compartilhamento de dados entre a polícia e a saúde pública para prevenir delitos.

Essas percepções têm implicações substanciais para futuras políticas de segurança e saúde pública, destacando a necessidade de uma maior cooperação entre esses setores. Corrobora-se ao resultado da pesquisa a resposta de um dos voluntários a qual chegou muito próximo dos resultados obtidos na pesquisa:

Concordo, tendo em vista a busca pela unicidade entre os órgãos relacionados ao bem estar e segurança da população, o compartilhamento de informações pode gerar uma maior efetividade das forças policiais e melhores parâmetros para entender o mapa de crimes de uma dada região.

Logo seja a saúde ou a segurança pública ambos têm objetivos similares que é a promoção do bem-estar e paz social dentro a sociedade não havendo por que a

dissolução de competência e de atribuições no que se refere ao compartilhamento de dados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do trabalho era pesquisar sobre o compartilhamento de informações entre a atenção primária (saúde pública) e o policiamento comunitário (segurança pública) se a população acredita que seria válida essa troca de informações e se profissionais da saúde e da polícia acredita que seria eficaz a fim de diminuir a criminalidade.

Busca ainda saber se a população acredita que o compartilhamento supramencionado seria válido, bem como a opinião dos profissionais envolvidos tanto na atenção primária, quanto no policiamento comunitário.

A pesquisa de campo feita pelo Google mostrou que sim, a população acredita nessa divisão de informações. Todavia, esses resultados são mínimos tendo em vista que o grupo abordado não tem significância no percentual da população que seria atingida e beneficiada com tal técnica.

A pesquisa atingiu seu objetivo de forma parcial obtendo apenas uma amostragem não significativa de opiniões sobre a temática. Por essa razão são necessários mais estudos para um resultado concreto e efetivo para o objetivo da pesquisa.

REFERÊNCIAS

- GOMES, Karine de Oliveira et al. **Atenção Primária à Saúde-a "menina dos olhos" do SUS: sobre as representações sociais dos protagonistas do Sistema Único de Saúde.** Ciência & Saúde Coletiva, v. 16, n. suppl 1, p. 881-892, 2011.
- SAMPAIO LFR. **Desafios para a organização de serviços básicos e da estratégia saúde da família.** Cad Saude Publica 2008; 24(Supl. 1):19-21.
- STARFIELD B. **Atenção primária: equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologia.** Brasília: UNESCO/Ministério da Saúde; 2002.
- MENDES EV. **A atenção primária à saúde no SUS .** Fortaleza: Escola de Saúde Pública do Ceará; 2002.
- BOHN, Maurício Futryk. **Policiamento comunitário: a transição da polícia tradicional para polícia cidadã.** Revista Jus Navigandi, ISSN, p. 1518-4862, 2015.
- SKOLNICK, Jerome H.; BAYLEY, David H. **Policiamento Comunitário: Questões práticas através do Mundo.** Trad. Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. -(Série Polícia e Sociedade; n.06 / Organização: Nancy Cardia).p. 57
- COSTA, Arthur Trindade Maranhão. **Entre a Lei e a Ordem: violência e reforma nas polícias do Rio de Janeiro e Nova York.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. P.68-69.
- BAYLEY, David H. **Policiamento Comunitário: Questões práticas através do Mundo.** Trad. Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. -(Série Polícia e Sociedade; n.06 / Organização: Nancy Cardia).p. 18
- KIND, Luciana et al. **Subnotificação e (in) visibilidade da violência contra mulheres na atenção primária à saúde.** Cadernos de Saúde Pública, v. 29, p. 1805-1815, 2013.
- SANTINON EP, Gualda DMR, Silva LCFP. **Violência contra a mulher: notificação compulsória e outros instrumentos legais de uso dos profissionais de saúde.** Revista Âmbito Jurídico, 2010.
- SOUSA, Gabriella Christina Ammar de et al. **A cifra negra na violência doméstica e familiar contra a mulher: influência nas políticas públicas e no pensamento social.** 2019.
- RIBEIRO, Rivelino Ubirajara Pontes; DA SILVA, André Luis. **Notificação compulsória de violência na atenção básica à saúde: o que dizem os profissionais?.** Revista LEVS, v. 21, n. 21, p. 164-164, 2018.

Anexo:

Resultados Questionário:

Utilização de dados da Atenção Primária no Policiamento Comunitário

16 respostas

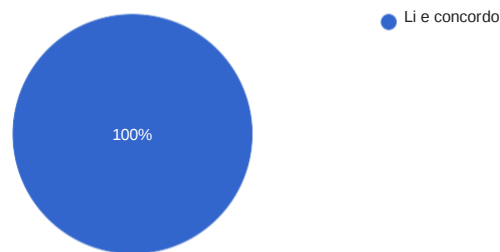
[Publicar análise](#)

Esta pesquisa faz parte do projeto, **UTILIZAÇÃO DOS DADOS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA NO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO**, do programa de Pós-Graduação do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás. Conto com sua participação em responder o questionário e com

[Copiar](#)

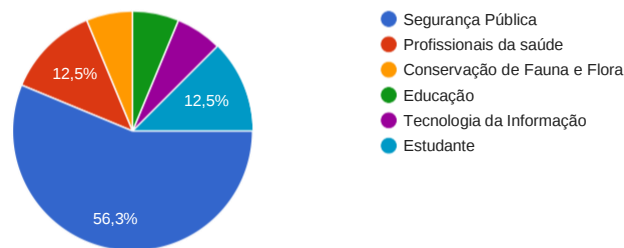
A garantia da confidencialidade de sua participação e informações está presente em todas as etapas da pesquisa, incluindo a divulgação científica. Desde já agradeço.

16 respostas



Qual sua área de atuação ?

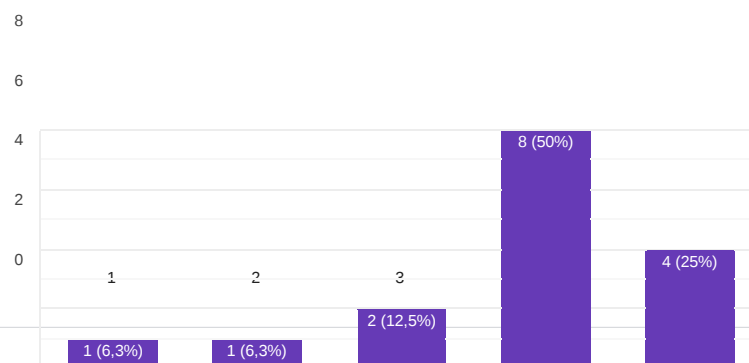
[Copiar](#)



Acredita que há uma ausência de comunicação de delitos expressiva ?

[Copiar](#)

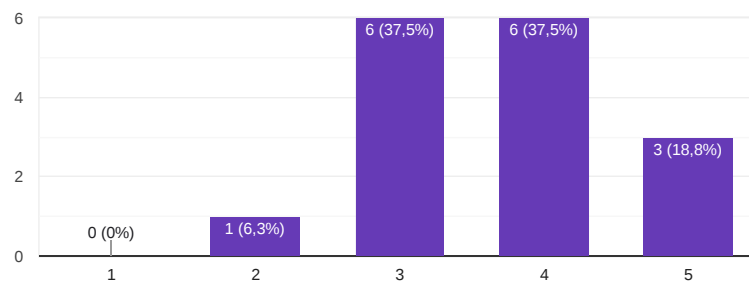
16 respostas



Para você a saúde pública toma conhecimento de delitos que os órgãos de segurança pública não tem conhecimento ?

[Copiar](#)

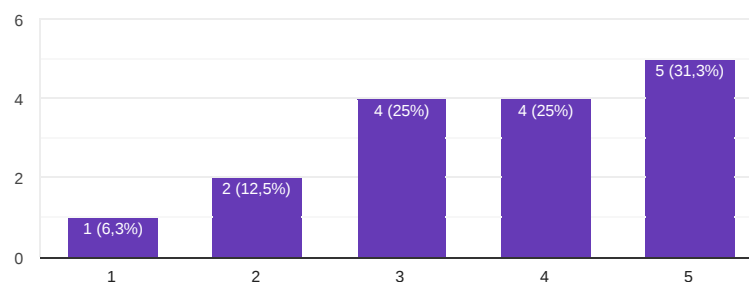
16 respostas



Ao escolher uma proporção entre esses direitos qual escala você se identificaria

[Copiar](#)

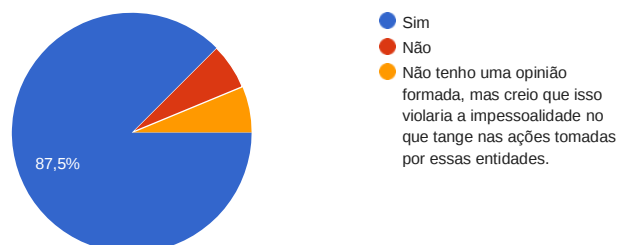
16 respostas



Ao identificar problemas familiares a partir dos dados da saúde pública, a polícia pode prevenir delitos ?

[Copiar](#)

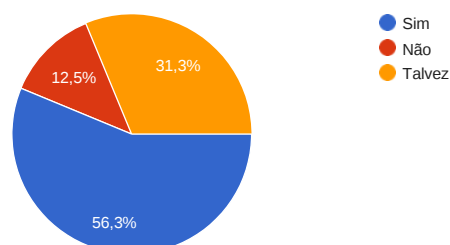
16 respostas



Você se sentiria confortável em utilizar o sistema de saúde sabendo que seus dados podem ser coletados por órgãos de segurança pública ?

[Copiar](#)

16 respostas



Como você vê ao se falar de notificação compulsória por órgãos de saúde ? Concorde ou não ? Explique os motivos

12 respostas

Concordo, a segurança perante orgaos da saúde eh expressiva

Concordo. Acredito que a notificação compulsória é de extrema importância pois notifica nacionalmente a incidência de problemas de saúde na população, assim conseguindo identificar, prevenir e solucionar esses problemas. A grande prevenção é a promoção a saúde, sabendo quais doenças possuem maior incidência na população se consegue mapear o que está levando essas pessoas a adquirirem essa condição. Existem algumas doenças que por serem de "fácil" contágio precisam de notificação justamente pra ocorrer o estudo dessa parcela da população para entender e prevenir novos contágios. Além da notificação ser importante no âmbito da saúde pública, também pode ser utilizada na segurança pública afim de prevenir casos de possíveis violências, como violência doméstica, já que o profissional da saúde tem plena capacidade de identificar esses casos e comunicar aos órgãos competentes para agirem em prol da vítima.

Concordo, ajuda muito aos órgãos de segurança

É uma forma de controle dos delitos mais graves, concordo sim

Sim, é um instrumento relevante para auxiliar o planejamento, definir prioridades de intervenção

Concordo, pois pode evitar a prática ou reincidência de delitos

Dados genéricos sendo utilizados para fins de estatística e políticas públicas são válidos. Contudo, utilização de dados particulares para direcionar a atuação de segurança pública afronta a privacidade dos indivíduos, conduta que deve ser evitada.

Muito a favor, a notificação compulsória auxilia os órgãos competentes a investigar e entender a causa da condição do paciente. O hospital não tem condição de investigar o motivo de uma menor de idade aparecer com IST, cabe a um outro órgão investigar se existe algum crime atrelado ao estado de saúde que se encontra o paciente.

Não concordo. Esse tipo de regra pode intimidar pessoas e até colocá-las em risco, principalmente mulheres que sofreram algum tipo de violência doméstica. Acredito que muitas pessoas deixam de procurar serviços de saúde por medo da notificação compulsória.

Acho que não. Creio que deveria existir uma forma de integração com os órgãos de segurança pública de forma que houvesse uma melhora nos trâmites dos processos com o alívio de algumas burocracias

Concordo

Concordo, tendo em vista a busca pela unicidade entre os órgãos relacionados ao bem estar e segurança da população, o compartilhamento de informações pode gerar uma maior efetividade das forças policiais e melhores parâmetros para entender o mapa de crimes de uma dada região.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Política de Privacidade](#)

Google Formulários

